

## **ORIENTAÇÕES EDITORIAIS SOBRE FORMATAÇÃO E NÍVEL DE CONTEÚDO PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS EM REVISTAS JURÍDICAS QUALIS A**

### **1. Considerações iniciais**

A submissão de artigos científicos a revistas jurídicas classificadas nos estratos superiores do sistema Qualis (A) exige observância rigorosa de padrões formais e substanciais. O processo editorial é altamente seletivo, sendo comum a rejeição imediata (*desk rejection*) de manuscritos que não atendam, desde a triagem inicial, às exigências mínimas de formatação, escopo temático e densidade teórica.

Diferentemente de periódicos de estratos intermediários, revistas Qualis A não se destinam à publicação de textos meramente expositivos, didáticos ou de revisão normativa elementar. O artigo submetido deve apresentar contribuição científica original, dialogar com a literatura qualificada nacional e internacional e demonstrar maturidade teórica e metodológica compatível com o público especializado ao qual se destina.

### **2. Exigências formais de formatação**

A formatação do artigo não é considerada elemento secundário, mas requisito essencial de admissibilidade. Erros formais recorrentes constituem causa frequente de rejeição preliminar.

#### **2.1 Estrutura do artigo**

O artigo enviado deve seguir a seguinte estrutura:

- **Título:** deve ser claro, analítico e tecnicamente delimitado, evitando expressões genéricas ou excessivamente amplas. O título deve refletir o problema jurídico enfrentado e o recorte adotado.
- **Resumo:** com extensão média entre 150 e 250 palavras, deve conter, de forma objetiva, o problema de pesquisa, o objetivo do estudo, a metodologia empregada e a principal conclusão alcançada. Resumos meramente descritivos ou narrativos são mal avaliados.

- **Palavras-chave:** entre três e cinco, escolhidas de forma técnica, precisa e indexável, evitando termos excessivamente amplos ou genéricos.
- **Texto principal:** estruturado em introdução, desenvolvimento e conclusão, com subdivisões coerentes e numeradas.
- **Referências:** completas, atualizadas e em conformidade com o padrão bibliográfico exigido pela revista (em regra, ABNT – sistema autor-data).

Exige-se ainda a apresentação de resumo e palavras-chave em língua estrangeira, especialmente em inglês, podendo também ser exigido espanhol, francês ou alemão como exemplos.

## 2.2 Padrões técnicos

Exige-se os seguintes padrões:

- Fonte Times New Roman, tamanho 12 para o texto principal;
- Espaçamento entre linhas de 1,5;
- Margens de 2,5 cm;
- Citações longas (com mais de três linhas) em fonte menor, com recuo à esquerda e sem aspas;
- Uso moderado de notas de rodapé, restritas a esclarecimentos pontuais, e não como substituto das referências bibliográficas.

O descumprimento dessas normas, ainda que mínimo, pode resultar em rejeição imediata do manuscrito. Observa-se que as normas da ABNT devem ser cumprida pelo autor e/ou autores do artigo, sendo exclusivamente de sua responsabilidade o uso correto das normas científicas, sob pena de devolução para correção e/ou recusa.

## 3. Nível de conteúdo exigido pelas revistas

O principal critério de avaliação da revista enquanto estrato A é o **nível do conteúdo científico apresentado**. O texto deve demonstrar densidade teórica, originalidade e capacidade crítica.

### 3.1 Conteúdos que não atendem ao padrão exigido

Em regra, não são aceitos artigos que se limitem a:

- Descrever dispositivos legais ou institutos jurídicos;

- Reproduzir entendimentos doutrinários consolidados sem crítica;
- Apresentar revisões bibliográficas sem construção de tese própria;
- Adotar linguagem excessivamente didática ou introdutória;
- Desenvolver conteúdos que poderiam ser convertidos em apostilas, manuais ou textos de graduação.

### **3.2 Elementos essenciais de um artigo de alto nível**

Para atender às exigências editoriais das revistas Qualis A, o artigo deve conter, de forma clara e consistente:

#### **a) Problema de pesquisa bem delimitado**

A introdução deve apresentar um problema jurídico real, relevante e atual, que justifique a investigação proposta. Não basta anunciar que o trabalho “analisa” ou “estuda” determinado tema; é necessário explicitar a controvérsia, a lacuna normativa ou a inadequação teórica enfrentada.

#### **b) Tese claramente definida**

O artigo deve sustentar uma posição jurídica específica. A ausência de tese compromete a cientificidade do texto. O leitor deve identificar, desde o início, qual argumento central está sendo defendido e quais fundamentos o sustentam.

#### **c) Metodologia explícita**

Em termos técnicos, a metodologia deve ser apresentada como um **sistema integrado**, composto por: (i) abordagem, (ii) método de raciocínio, (iii) estratégias de investigação e (iv) técnicas de interpretação/análise, todos funcionalmente vinculados ao problema de pesquisa.

#### **d) Método de abordagem (epistemológico)**

Este é o núcleo da questão metodológica. No Direito, os mais aceitos são:

- Dedutivo: parte de premissas gerais (normas, princípios, teorias) para conclusões específicas
- Indutivo: parte da análise de casos, jurisprudência ou dados para construir generalizações
- Hipotético-dedutivo: formula hipótese e a testa criticamente

– Dialético: trabalha com tensões (ex.: liberdade vs. regulação, soberania vs. direitos humanos)

– Hermenêutico: centrado na interpretação normativa e principiológica

#### **e) Diálogo com a literatura qualificada**

A revista valoriza fortemente o diálogo com autores estrangeiros, documentos internacionais, relatórios institucionais e experiências comparadas. Artigos restritos exclusivamente à doutrina nacional tendem a ter menor impacto editorial e podem ser recusados.

#### **f) Originalidade e contribuição científica**

A originalidade não exige inovação radical, mas pressupõe ao menos uma leitura crítica diferenciada, uma sistematização inédita, a proposição de consequências jurídicas relevantes ou sugestões de aprimoramento normativo fundamentadas.

#### **g) Do Uso Obrigatório das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) devem ser integralmente observadas pelo(s) autor(es) do artigo, sendo estes os únicos responsáveis por sua adequada aplicação e cumprimento. O não atendimento às referidas normas poderá implicar a devolução do trabalho para ajustes e correções, bem como, conforme as diretrizes editoriais da revista ou instituição, eventual recusa de sua submissão ou publicação.

### **4. Linguagem acadêmica e estilo**

A linguagem adotada deve ser técnica, impessoal e argumentativa. Expressões coloquiais, opiniões pessoais explícitas ou construções excessivamente didáticas são incompatíveis com o padrão editorial da revista.

Evita-se, igualmente, o uso de expressões típicas de textos pedagógicos ou pareceres, privilegiando-se uma escrita clara, objetiva e conceitualmente precisa.

### **5. Critérios editoriais implícitos**

Na prática editorial, editores e pareceristas costumam formar uma avaliação preliminar do manuscrito, observando especialmente:

- Adequação do tema ao escopo da revista;
- Clareza do problema e da tese já na introdução;
- Qualidade e atualidade das referências;
- Correção formal e linguística do texto;
- Potencial de contribuição científica para a área.

A ausência de qualquer desses elementos compromete seriamente as chances de encaminhamento do artigo à avaliação por pares.

## **6. Considerações finais**

Submeter um artigo a uma revista jurídica Qualis A exige planejamento, maturidade acadêmica e atenção rigorosa às normas editoriais. Antes da submissão, é recomendável que o autor se questione se o texto efetivamente contribui para o debate jurídico especializado e se dialoga com um público formado, em grande medida, por pesquisadores doutores. O atendimento a esses critérios não garante a aprovação do artigo, mas constitui condição indispensável para que o manuscrito seja avaliado de forma séria e qualificada no processo editorial.

## MANUAL EDITORIAL INSTITUCIONAL

### Diretrizes para Elaboração e Submissão de Artigos Científicos a Revistas Jurídicas Qualis A

#### 1. Apresentação

O presente Manual Editorial Institucional tem por finalidade estabelecer diretrizes formais e substantivas para a elaboração e submissão de artigos científicos destinados a revistas jurídicas classificadas nos estratos superiores do sistema Qualis (A), conforme critérios de avaliação da CAPES.

As orientações aqui consolidadas refletem padrões editoriais amplamente adotados por periódicos jurídicos de alto impacto acadêmico, buscando promover a qualidade científica das produções institucionais e reduzir índices de rejeição editorial, especialmente na fase de avaliação preliminar (*desk review*).

#### 2. Escopo e finalidade do manual

Este manual destina-se a orientar:

- docentes e pesquisadores vinculados à instituição;
- discentes de programas de graduação e pós-graduação;
- integrantes de grupos e núcleos de pesquisa;
- autores em geral que pretendam submeter artigos a revistas jurídicas de alto rigor científico.

As diretrizes aqui previstas não substituem as normas específicas de cada periódico, devendo sempre ser utilizadas de forma complementar às instruções editoriais da revista escolhida.

#### 3. Princípios editoriais gerais

As revistas jurídicas classificadas como Qualis A caracterizam-se por elevado grau de seletividade, adotando como princípios editoriais fundamentais:

- rigor científico e metodológico;
- originalidade e relevância da contribuição acadêmica;

- aderência estrita ao escopo temático do periódico;
- observância das normas formais de submissão;
- avaliação por pares, preferencialmente em regime *double blind peer review*.

A inobservância desses princípios pode resultar na rejeição imediata do manuscrito, independentemente da relevância do tema abordado.

#### **4. Diretrizes formais de formatação**

##### **4.1 Estrutura obrigatória do artigo**

Os artigos científicos submetidos a revistas Qualis A devem, como regra geral, conter a seguinte estrutura:

###### **1. Título**

Deve ser objetivo, técnico e analítico, refletindo com precisão o problema jurídico enfrentado e o recorte metodológico adotado. Títulos genéricos ou excessivamente amplos devem ser evitados.

###### **2. Resumo**

O resumo deve apresentar, de forma clara e concisa:

- o problema de pesquisa;
- o objetivo do artigo;
- a metodologia empregada;
- a principal conclusão alcançada.

Resumos meramente descritivos não atendem ao padrão editorial exigido.

###### **3. Palavras-chave**

Devem ser indicadas entre três e cinco palavras-chave, escolhidas de forma técnica, precisa e adequada à indexação acadêmica.

Na prática é comum a exigência de resumo e palavras-chave em língua estrangeira, especialmente em inglês, podendo também ser solicitados em outros idiomas.

###### **4. Texto principal**

Compreende introdução, desenvolvimento e conclusão, organizados de forma lógica, com subdivisões numeradas e coerentes.

## 5. Referências

Devem ser completas, atualizadas e formatadas conforme o padrão bibliográfico exigido pelo periódico, preferencialmente no sistema autor-data.

## 6. Do Uso Obrigatório das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) devem ser integralmente observadas pelo(s) autor(es) do artigo, sendo estes os únicos responsáveis por sua adequada aplicação e cumprimento. O não atendimento às referidas normas poderá implicar a devolução do trabalho para ajustes e correções, bem como, conforme as diretrizes editoriais da revista ou instituição, eventual recusa de sua submissão ou publicação.

### 4.2 Padrões técnicos de formatação

Salvo disposição diversa da revista, recomenda-se observar os seguintes parâmetros técnicos:

- Fonte Times New Roman, tamanho 12 para o texto principal;
- Espaçamento entre linhas de 1,5;
- Margens de 2,5 cm;
- Citações com mais de três linhas em fonte menor, com recuo à esquerda e sem aspas;
- Uso moderado de notas de rodapé, restritas a esclarecimentos pontuais.
- O não uso das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O descumprimento desses requisitos formais pode ensejar rejeição liminar do manuscrito.

## 5. Diretrizes sobre o nível de conteúdo científico

### 5.1 Conteúdos incompatíveis com o padrão Qualis A

Não atendem ao padrão editorial das revistas Qualis A artigos que se limitem a:

- descrição de dispositivos legais ou institutos jurídicos;
- reprodução de entendimentos doutrinários consolidados sem análise crítica;
- revisões bibliográficas sem formulação de tese própria;
- linguagem excessivamente didática ou introdutória;
- conteúdos típicos de manuais, apostilas ou textos de ensino básico.

### 5.2 Requisitos mínimos de conteúdo científico

Para atender ao nível exigido, o artigo deve necessariamente apresentar:

#### a) Problema de pesquisa claramente delimitado

A introdução deve explicitar a controvérsia jurídica, lacuna normativa ou insuficiência teórica que justifica a pesquisa desenvolvida.

#### b) Tese jurídica definida

O artigo deve sustentar uma posição clara e fundamentada, demonstrando qual argumento central é defendido e em oposição a quais correntes doutrinárias ou modelos normativos.

#### c) Metodologia explícita

Em termos técnicos, a metodologia deve ser apresentada como um **sistema integrado**, composto por: (i) abordagem, (ii) método de raciocínio, (iii) estratégias de investigação e (iv) técnicas de interpretação/análise, todos funcionalmente vinculados ao problema de pesquisa.

#### d) Método de abordagem (epistemológico)

Este é o núcleo da questão metodológica. No Direito, os mais aceitos são:

- Dedutivo: parte de premissas gerais (normas, princípios, teorias) para conclusões específicas
- Indutivo: parte da análise de casos, jurisprudência ou dados para construir generalizações

- Hipotético-dedutivo: formula hipótese e a testa criticamente
- Dialético: trabalha com tensões (ex.: liberdade vs. regulação, soberania vs. direitos humanos)
- Hermenêutico: centrado na interpretação normativa e principiológica

#### **e) Diálogo com a literatura qualificada**

A revista valoriza fortemente o diálogo com autores estrangeiros, documentos internacionais, relatórios institucionais e experiências comparadas. Artigos restritos exclusivamente à doutrina nacional tendem a ter menor impacto editorial e podem ser recusados.

#### **f) Originalidade e contribuição científica**

A originalidade não exige inovação radical, mas pressupõe ao menos uma leitura crítica diferenciada, uma sistematização inédita, a proposição de consequências jurídicas relevantes ou sugestões de aprimoramento normativo fundamentadas.

### **6. Critérios editoriais implícitos**

Na prática editorial, editores e pareceristas costumam formar uma avaliação preliminar do manuscrito, observando especialmente:

- Adequação do tema ao escopo da revista;
- Clareza do problema e da tese já na introdução;
- Qualidade e atualidade das referências;
- Correção formal e linguística do texto;
- Potencial de contribuição científica para a área.

A ausência de qualquer desses elementos compromete seriamente as chances de encaminhamento do artigo à avaliação por pares.

Devem ser evitadas expressões coloquiais, juízos de valor pessoais explícitos e construções típicas de textos pedagógicos ou pareceres jurídicos.

### **7. Critérios editoriais de avaliação preliminar**

Na fase de triagem inicial, editores costumam avaliar especialmente:

- adequação do tema ao escopo da revista;

- clareza do problema de pesquisa e da tese;
- qualidade e atualidade das referências bibliográficas;
- correção formal e linguística do texto;
- potencial de contribuição científica para o debate jurídico especializado.
- Cumprimento da Portaria nº2.664/2026 CPNP para o uso de Inteligência Artificial como instrumento metodológico.

A ausência de qualquer desses elementos compromete significativamente a admissibilidade do manuscrito.

## **8. Critérios editoriais para o uso de Inteligência Artificial (Portaria nº 2.664/2026)**

A questão do uso de Inteligência Artificial em pesquisa científica no Brasil deixou de ser apenas recomendação ética difusa e passou a ser normativamente estruturada a partir da Política de Integridade Científica instituída pelo CNPq, especialmente por meio da Portaria nº 2.664/2026.

Para um artigo em padrão Qualis A, o tratamento metodológico da IA deve refletir essas diretrizes como parâmetros normativos vinculantes, e não apenas como boas práticas.

### **8.1 Fundamento normativo (CNPq – 2026)**

A política do CNPq estabelece que o uso de IA na pesquisa deve observar, em todas as etapas (concepção, execução e divulgação), os princípios de: integridade científica, transparência, responsabilidade autoral e confiabilidade dos resultados. Além disso, a norma surge justamente para conter riscos de má conduta científica associada à IA generativa, impondo regras específicas para seu uso.

### **8.2 Regras centrais do CNPq para uso de IA em pesquisa**

(a) Dever de transparência metodológica (regra estruturante): O uso de IA **deve ser explicitamente declarado**, indicando:

- Ferramenta utilizada (ex.: GPT, Gemini etc.)
- Finalidade (redação, análise, revisão etc.)
- Etapa da pesquisa em que foi empregada

Consequência metodológica: A IA passa a integrar formalmente a seção de metodologia ou, no mínimo, os agradecimentos técnicos.

### **8.3 Vedação de autoria artificial**

A política é categórica: IA **não pode ser autora ou coautora** e não pode haver atribuição implícita de autoria à máquina

Consequência: A produção científica permanece fundada na autoria humana responsável, o que afasta qualquer tentativa de “terceirização epistemológica”.

### **8.4 Responsabilidade integral do pesquisador**

O pesquisador responde por **erros, vieses ou plágio gerados pela IA**, ou seja, deve agir como gestor de risco e validar criticamente todo conteúdo produzido sob pena de ser responsabilizado pelo uso indevido.

Consequência metodológica: A IA é ferramenta **auxiliar**, jamais fonte autônoma de conhecimento.

### **8.5 Proibição de simulação de originalidade**

É vedado submeter conteúdo gerado por IA como se fosse original humano ocultar o uso da tecnologia. Isso configura **má conduta científica**, com possibilidade de sanções.

### **8.6 Limitação funcional do uso da IA**

A política distingue etapas:

- Permitido: apoio à redação, organização, análise de dados (com validação)
- Não recomendado: uso em pareceres científicos (preservação da imparcialidade humana).

Consequência: A IA não pode substituir o juízo crítico do pesquisador ou do avaliador.

### **8.7 Dever de validação e controle**

Toda saída de IA deve ser:

- Verificada com fontes confiáveis
- Confrontada com dados primários
- Revisada criticamente
- Obrigatoriedade de internalizar essas regras na metodologia.

Isso reforça a exigência de **controle epistemológico humano**.

### 8.8 Síntese técnica (usar diretamente no seu trabalho)

As regras do CNPq devem obrigatoriamente atender ao tripé metodológico:

1. **Transparência** → declarar uso de IA na metodologia.
2. **Responsabilidade** → autoria exclusivamente humana.
3. **Controle crítico** → validação integral dos resultados.

## 9. CHECKLIST FINAL DE SUBMISSÃO

(uso obrigatório antes do envio do artigo)

### 9.1 Adequação editorial

- O artigo está alinhado ao escopo da revista escolhida.
- O texto não está submetido simultaneamente a outro periódico.
- O manuscrito está anonimizado, quando exigido (*blind review*).

### 9.2 Estrutura e formatação

- Título claro, técnico e compatível com o conteúdo.
- Resumo com problema, objetivo, método e conclusão.
- Palavras-chave técnicas e indexáveis (3 a 5).
- Texto organizado em introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Referências completas, atualizadas e conforme o padrão exigido.
- Formatação compatível com as normas da revista (fonte, margens, espaçamento).

### 9.3 Conteúdo científico

- Problema de pesquisa claramente formulado na introdução.
- Tese jurídica explícita e sustentada ao longo do texto.
- Metodologia indicada, ainda que de forma sucinta.
- Diálogo consistente com doutrina qualificada.
- Utilização de referências estrangeiras ou internacionais relevantes.
- Contribuição científica clara e identificável.

#### **9.4 Linguagem e estilo**

- Linguagem técnica, impessoal e acadêmica.
- Ausência de tom didático, opinativo ou coloquial.
- Coerência argumentativa e clareza conceitual.
- Revisão gramatical e ortográfica realizada.

#### **9.5 Documentos complementares**

- Carta de apresentação elaborada, quando exigida.
- Indicação de autoria conforme taxonomia CRediT, se aplicável.
- Informações institucionais preenchidas corretamente no sistema da revista.

#### **9.6 Uso de Inteligência Artificial na Pesquisa**

- Declaração expressa do uso de ferramentas de Inteligência Artificial no trabalho.
- Identificação da(s) ferramenta(s) utilizada(s) (nome e, quando pertinente, versão).
- Indicação da finalidade específica do uso (ex.: revisão linguística, organização textual, apoio estrutural).
- Delimitação clara de que a IA foi empregada exclusivamente como ferramenta auxiliar.
- Indicação da(s) etapa(s) da pesquisa em que a IA foi utilizada (ex.: redação, revisão, sistematização).
- Declaração de que não houve atribuição de autoria à Inteligência Artificial.
- Confirmação de que toda a produção intelectual substantiva é de responsabilidade do(s) autor(es).
- Indicação de que o conteúdo gerado com apoio de IA foi integralmente revisado e validado criticamente.
- Declaração de responsabilidade pelos dados, argumentos e conclusões apresentados.

- Garantia de que não houve submissão de conteúdo gerado por IA como produção original não declarada.
- Observância dos princípios de integridade científica, transparência e confiabilidade dos resultados.
- Verificação de ausência de plágio, vieses indevidos ou inconsistências decorrentes do uso de IA.
- Compatibilidade do uso de IA com as diretrizes éticas e editoriais do periódico de destino.
- Inserção da informação sobre uso de IA na seção metodológica ou em nota específica do artigo.
- Adequação do nível de transparência ao padrão exigido por periódicos Qualis A.

### **Considerações finais**

A elaboração de artigos destinados a revistas jurídicas Qualis A exige planejamento, rigor metodológico e maturidade acadêmica. O atendimento às diretrizes deste Manual Editorial Institucional constitui condição indispensável para a submissão qualificada de trabalhos científicos, contribuindo para o fortalecimento da produção acadêmica institucional e para a inserção em periódicos de alto impacto.

O cumprimento integral deste checklist constitui condição indispensável para a submissão qualificada de artigos científicos a revistas jurídicas Qualis A. Embora não assegure a aprovação do manuscrito, seu atendimento aumenta significativamente as chances de superação da avaliação preliminar e de encaminhamento à revisão por pares.

## DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O(s) autor(es) declara(m), para os devidos fins, que a elaboração do presente trabalho observou integralmente os princípios de integridade científica, transparência, responsabilidade autoral e confiabilidade dos resultados, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos termos da Portaria nº 2.664/2026.

Informa-se que foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial de forma estritamente auxiliar, limitadas a atividades de apoio técnico, consistentes em [indicar: revisão linguística, organização textual, padronização estrutural], na etapa de [indicar etapa].

Ressalta-se que não houve delegação de atividade intelectual substantiva à Inteligência Artificial, sendo todo o conteúdo científico incluindo a formulação do problema de pesquisa, construção argumentativa, análise crítica, seleção de referências e elaboração das conclusões de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

Declara-se, ainda, que todo o conteúdo eventualmente apoiado por ferramentas de IA foi integralmente revisado, validado e submetido a controle crítico rigoroso, com verificação de consistência, adequação científica e ausência de plágio, fabricação ou falsificação de dados, bem como de vieses indevidos.

O(s) autor(es) reconhece(m) expressamente que o uso indevido de Inteligência Artificial, em desconformidade com os deveres de transparência, veracidade e integridade científica, pode caracterizar má conduta científica, nos termos das normas do CNPq, especialmente quando implicar:

- (i) omissão de informação metodológica relevante;
- (ii) apresentação de conteúdo gerado por IA como produção intelectual original não declarada;
- (iii) incorporação de informações inverídicas, não verificadas ou distorcidas;
- (iv) violação de direitos autorais ou prática de plágio.

Nessa hipótese, o(s) autor(es) reconhece(m) que o trabalho poderá ser objeto de medidas editoriais cabíveis, incluindo, conforme o caso, correção, retratação, retirada da publicação (retraction/withdrawal) e eventual comunicação à instituição de vínculo.

Por fim, reafirma-se o compromisso com as boas práticas científicas, assegurando que o uso de Inteligência Artificial não comprometeu a autonomia intelectual, a qualidade acadêmica nem a confiabilidade dos resultados apresentados.

[Local], [data].

Nome do(a) autor(a) e Assinatura.

## DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O(s) autor(es) declara(m), para os devidos fins, que não foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial na elaboração do presente trabalho, o qual foi integralmente desenvolvido de forma autônoma, abrangendo a formulação do problema de pesquisa, construção teórica, análise crítica, redação e revisão do texto.

A presente declaração é firmada em observância aos princípios de integridade científica, transparência, responsabilidade autoral e veracidade dos resultados, conforme as diretrizes de boas práticas reconhecidas na comunidade acadêmica.

O(s) autor(es) assume(m) integral responsabilidade pela originalidade, consistência e qualidade científica do trabalho apresentado, assegurando a inexistência de plágio, fabricação ou falsificação de dados, bem como a conformidade com os padrões éticos de publicação e a inexistência de violação de direitos autorais de terceiros.

Declara-se, ainda, que a omissão ou prestação de informação inverídica quanto ao uso de Inteligência Artificial configura violação aos deveres de integridade científica e transparência metodológica.

Nessa hipótese, o(s) autor(es) reconhece(m) que o trabalho poderá ser objeto de medidas editoriais cabíveis, incluindo, conforme o caso, correção, retratação, retirada da publicação (retraction/withdrawal) e eventual comunicação à instituição de vínculo.

O(s) autor(es) declara(m), ainda, que mantém(m) registros e versões do processo de elaboração do manuscrito, aptos a demonstrar a autoria e a conformidade do trabalho com os padrões científicos exigidos, bem como que o presente artigo atende às diretrizes editoriais do periódico ao qual será submetido.

Por fim, reafirma-se o compromisso com as boas práticas científicas, assegurando que o presente trabalho reflete produção intelectual própria, autônoma e em conformidade com os parâmetros de integridade exigidos no âmbito das publicações acadêmicas.

[Local], [data].

Nome do(a) autor(a) e Assinatura.